

A América Latina e o Caribe perante o desafio de acelerar o avanço no cumprimento da Agenda 2030

Transições para a sustentabilidade

Sétimo relatório sobre o progresso e os desafios regionais da Agenda 2030 para o **Desenvolvimento Sustentável** na América Latina e no Caribe



Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Santiago 15 a 18 de abril **2024**



NAÇÕES UNIDAS



Trabalhando por um futuro produtivo, inclusivo e sustentável

A América Latina e o Caribe perante o desafio de acelerar o avanço no cumprimento da Agenda 2030

Transições para a sustentabilidade

Sétimo relatório sobre o progresso e os desafios regionais da Agenda 2030 para o **Desenvolvimento Sustentável** na América Latina e no Caribe



Fórum dos Países
da América Latina
e do Caribe sobre
**DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**
Santiago
15 a 18 de abril **2024**



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL



Trabalhando por
um futuro produtivo,
inclusivo e sustentável

José Manuel Salazar-Xirinachs
Secretário Executivo

Javier Medina Vásquez
Secretário Executivo Adjunto Interino

Sally Shaw
Diretora da Divisão de Documentos e Publicações

Este documento foi elaborado com a participação das divisões substantivas, sedes sub-regionais e escritórios nacionais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A redação foi coordenada por José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL, e Jorge Mario Martínez Piva, Oficial Encarregado da sede sub-regional da CEPAL no México.

Participaram na redação os seguintes funcionários da CEPAL: Abdullahi Abdulkadri, Carmen Álvarez, Alberto Arenas de Mesa, Jimena Arias, José Manuel Arroyo, David Barrio, Omar Bello, Christine Carton, Felipe Correa, Carlos de Miguel, María del Pilar Délano, Elena Díez Pinto, Marco Dini, Mareike Eberz, Ernesto Espíndola, Jimmy Ferrer, Verona Fideleff, Nincen Figueroa, Karen García, Ana Gúezmes, Karen Haase, Michael Hanni, Sebastián Herrerros, Raúl Holz, Keiji Inoue, Martin Kohout, Carlos Kroll, Debora Ley, Marco Llinás, Santiago Lorenzo, Manuel Maciel Calleros, arlos Maldonado Valera, Xavier Mancero, Rodrigo Martínez, Ana Luíza Matos de Oliveira, Andrés Mondaini, Cielo Morales, Alejandra Naser, Enrique Oviedo, Esteban Pérez, Noel Pérez, Laura Poveda, Diane Quarless, Rayén Quiroga, Claudia Robles, Monica Rodrigues, Adrián Rodríguez, Fernando Rojas, Lucía Scuro, Bárbara Silva, Humberto Soto, Pauline Stockins, Daniel Taccari, Marcia Tambutti, Daniel Titelman, Valeria Torres, Ana Catalina Valencia, Francisco Villarreal e Luis Fidel Yáñez.

Colaboraram os seguintes consultores da CEPAL: Emilio Fueyo, Conrado Jiménez, Jorge Máttar, Jordi Rodríguez e Ernesto Vallejo.

As Nações Unidas e os países que representam não são responsáveis pelo conteúdo de links a sites externos incluídos nesta publicação.

Notas explicativas dos elementos gráficos:

Os três pontos indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.

O travessão indica que a quantidade é nula ou desprezível.

A vírgula é usada para separar os decimais.

A palavra "dólares" refere-se a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.

A barra colocada entre cifras que expressam anos (por exemplo, 2023/2024) indica que a informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.

Devido a que às vezes se arredondam as cifras, os dados e as porcentagens apresentados nos elementos gráficos nem sempre somam o total correspondente.

Esta publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *A América Latina e o Caribe perante o desafio de acelerar o avanço no cumprimento da Agenda 2030: transições para a sustentabilidade. Síntese* (LC/FDS.7/4), Santiago, 2024.

A autorização para reproduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Documentos e Publicações: publicaciones.cepal@un.org. Os Estados membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Solicita-se apenas que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.

Índice

Prólogo.....	5
Parte I	
Avanços na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	9
I. Por um desenvolvimento produtivo, inclusivo e sustentável na América Latina e no Caribe.....	11
A. Panoramas internacional y regional	11
B. Um novo modelo de desenvolvimento produtivo, inclusivo e sustentável	12
II. O avanço da América Latina e do Caribe no cumprimento das metas dos ODS: prospectiva para 2030.....	15
III. Avanços no cumprimento dos ODS 1, 2, 13, 16 e 17 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.....	21
A. Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.....	21
B. Objetivo 2: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável	25
C. Objetivo 13: Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.....	29
D. Objetivo 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.....	33

E. Objetivo 17: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.....	35
Parte II	
Aceleração do cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	39
IV. Transições para acelerar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	41
A. Transição dos sistemas alimentares	42
B. Transição energética	43
C. Transição digital.....	45
D. Transição educacional	46
E. Transição do emprego e da proteção social.....	47
F. Transição climática, perda de biodiversidade e poluição	49
V. Financiamento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	51
A. Necessidades de investimento e financiamento para os ODS.....	51
B. Mobilização de recursos de fontes internas	52
C. Mobilização de recursos de fontes externas	53
VI. Conclusões e recomendações gerais	57
A. Transição para um desenvolvimento produtivo, inclusivo e sustentável.....	57
B. Enfrentar os desafios para alcançar os ODS	58
C. Acelerar as transições para a sustentabilidade.....	59
D. Aumentar as opções de financiamento	59
E. Reflexões finais	60
Bibliografia	63

Prólogo

A Cúpula sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, realizada na sede das Nações Unidas em Nova York em setembro de 2023, coincidiu com a metade do período estabelecido pelos países-membros para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Infelizmente, o exame dos avanços da maioria dos indicadores de acompanhamento dos ODS mostrou falta de convergência entre as trajetórias necessárias para alcançar os ODS e as trajetórias observadas, o que evidencia a urgência de ajustar o rumo e ao mesmo tempo acelerar o passo. Por isso, a declaração política da Cúpula incorpora um caminho para orientar o planeta no cumprimento dos ODS mediante ações ambiciosas, justas e transformadoras.

No mundo, as previsões das Nações Unidas indicam que, mantendo-se as tendências, somente 15% das metas serão cumpridas até 2030. Na região, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estima que 22% das metas foram ou serão alcançadas até 2030; 46% delas avançam numa direção favorável, mas não com a rapidez necessária para cumpri-las, e as 32% restantes não seriam cumpridas.

O panorama internacional atual e o que se prevê no futuro próximo apresentam desafios diversos e complexos para a América Latina e o Caribe em seu esforço para acelerar o ritmo de cumprimento dos ODS. Por um lado, coexistem várias tendências desfavoráveis: lento crescimento das economias, do comércio e do investimento, aumento e maior diversidade dos fluxos migratórios, desigualdades

crescentes dentro dos países e entre eles, insegurança alimentar, impactos crescentes da revolução tecnológica e da mudança climática, maiores custos do financiamento internacional e um forte processo de redefinição da globalização, alimentado pela nova geoeconomia e geopolítica. Essas tendências não só coexistem, mas várias delas parecem ter chegado para ficar, dando lugar ao que se denominou “permacrise”: uma nova normalidade, na qual o mundo continuará experimentando choques e inesperados procedentes de diferentes fontes, um cenário que ressalta a importância de implementar políticas e ações que aumentem a resiliência dos sistemas econômicos, sociais e ambientais. Trata-se também de uma nova era no que diz respeito à globalização, caracterizada por uma maior descentralização numa rede de polos regionais (poliglobalização) e um forte predomínio da geopolítica, com blocos não só em competição econômica e militar, mas também com diferentes visões do mundo.

Um exame detalhado dos avanços e retrocessos nos ODS priorizados em 2024 no fórum político de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável revela os desafios apresentados pelo complexo contexto internacional. A análise mostra a necessidade de realizar grandes transformações em diversos âmbitos para desencadear processos de mudança estrutural que acelerem de forma sustentada o avanço no cumprimento das metas dos ODS até 2030.

O baixo dinamismo das economias latino-americanas e caribenhas é um dos aspectos que obstaculizam o progresso para um desenvolvimento mais produtivo, inclusivo e sustentável na região. Há 15 anos observa-se um lento crescimento do PIB regional, dificultando o efeito desejado das políticas para avançar no cumprimento dos ODS. Para 2024, espera-se um crescimento econômico da região de 1,9% (1,4% na América do Sul, 2,7% no grupo formado pela América Central e México e 2,6% no Caribe), mantendo assim o caminho de baixo dinamismo.

A fim de aumentar a taxa de crescimento é necessário superar a baixa taxa de investimento da região, de cerca de 20% do PIB, que permaneceu por décadas abaixo dos níveis necessários para impulsionar um crescimento alto e sustentado, assim como a criação de empregos decentes na América Latina e no Caribe. Uma política de desenvolvimento produtivo moderna pode incentivar os investimentos

em setores impulsores, que impactem o crescimento e favoreçam a mudança das estruturas produtivas e, com isso, o desenvolvimento sustentável da região.

Para acelerar o ritmo de cumprimento dos ODS é preciso também avançar nas importantes transições nas áreas dos sistemas alimentares, no acesso à energia a baixo custo, conectividade digital, educação, emprego e proteção social, mudança climática, perda de biodiversidade e poluição. Conforme indicado pelo Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, as seis transições podem ter efeitos catalisadores e multiplicadores em todos os ODS e um impacto determinante para alcançá-los¹.

Essas transições devem ser planejadas com inteligência prospectiva, articuladas e redirecionadas para os objetivos desejados. Isto supõe a formulação e implementação de uma nova geração de políticas públicas, formuladas com o propósito de serem políticas de Estado, que compreendam uma visão de futuro e estejam dotadas de governança estratégica e gestão antecipada, e que sejam resultado de uma participação inclusiva e democrática dos atores do desenvolvimento em espaços e processos de diálogo e governança apropriados para cada uma das diferentes transições.

O cumprimento das metas dos ODS depende muito da intervenção estratégica de todos os atores no âmbito nacional, subnacional e local, em comunidades, cidades e regiões de cada país. A experiência dos primeiros oito anos de implementação da Agenda 2030 mostra os resultados positivos da cooperação e coordenação de ações. Existe um amplo espaço na América Latina e no Caribe para aprofundar esses aspectos mediante o intercâmbio de ideias, experiências e lições aprendidas por parte dos governos, da sociedade civil, do setor privado e das entidades de cooperação da região.

A pegada institucional deixada pelo processo de implementação da Agenda 2030 reforçou as capacidades dos países para enfrentar os desafios do futuro. Esse legado deve ser aproveitado e potencializado para implementar políticas urgentes que redirecionem a trajetória de

¹ Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (GNUMS), *Seis transições: vias de investimento para alcançar os ODS, 2023* [on-line] <https://unsdg.un.org/resources/six-transitions-investment-pathways-deliver-sdgs>.

cumprimento dos ODS. Para isso, são necessários mais investimentos e a busca por modalidades de financiamento novas, assim como horizontes temporários de planejamento mais longos.

Num contexto de incerteza sobre o cumprimento dos ODS, o Secretário-Geral António Guterres fez um enérgico apelo ao mundo para redobrar os esforços dirigidos a esse fim. Afirmou que a Cúpula do Futuro, que será realizada em setembro de 2024, oferece a oportunidade de dar forma ao multilateralismo dos próximos anos. Além de advertir que o mundo está entrando numa era de caos, disse que é necessário reforçar e renovar as estruturas mundiais de paz e segurança para fazer frente às complexidades do mundo multipolar atual. Insistiu em uma reforma da arquitetura financeira internacional, antiquada, disfuncional e injusta, para que responda às necessidades de todos os países, e que as instituições e as estruturas financeiras sejam verdadeiramente universais e inclusivas².

Os desafios para os países da região são de grande envergadura. O risco de se afastar do caminho que conduz ao desenvolvimento sustentável é evidente e já não há tempo para pausas e menos ainda para retrocessos. Nesse contexto, a CEPAL reitera seu compromisso de contribuir para o cumprimento dos ODS até 2030, mediante a organização das reuniões anuais do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, o apoio na realização de exames nacionais e locais voluntários sobre o avanço e os desafios dos ODS, a cooperação técnica em diversos campos e outras intervenções examinadas neste relatório sobre o avanço no cumprimento da Agenda 2030 na região.

José Manuel Salazar-Xirinachs
Secretário Executivo
Comissão Econômica para
a América Latina e o Caribe (CEPAL)

² Nações Unidas, “Observaciones del Secretario General de la ONU ante la Asamblea General sobre las prioridades para 2024,” 7 de fevereiro de 2024 [on-line] <https://mexico.un.org/es/259974-observaciones-del-secretario-general-de-la-onu-ante-la-asamblea-general-sobre-las>.



PARTE I

Avanços na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

I. Por um desenvolvimento produtivo, inclusivo e sustentável na América Latina e no Caribe

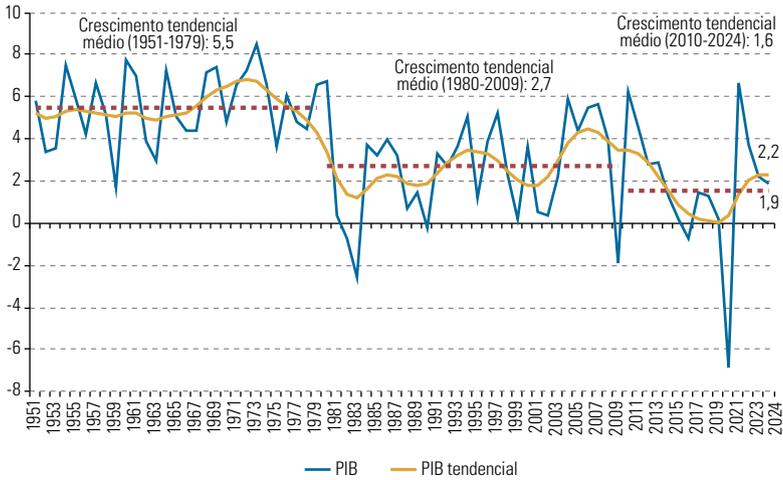
A. Panoramas internacional y regional

A lenta evolução da economia, do investimento e do comércio internacional incide na dinâmica da América Latina e do Caribe, que apresenta também um ritmo muito pausado de crescimento do produto, produtividade e emprego. A trajetória de baixo crescimento da região se soma a uma política restritiva para controlar a inflação, impulso externo mais atenuado e enfraquecimento do consumo (especialmente do consumo privado) e da formação bruta de capital fixo (CEPAL, 2023a). A moderação do crescimento da atividade econômica foi generalizada em todos os setores, sobretudo na indústria manufatureira.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estima que em 2024 o PIB da região apresentará uma variação anual de 1,9%, cifra 0,3 ponto percentual inferior à registrada em 2023. Os espaços de política fiscal e monetária continuarão limitados. O baixo crescimento esperado para os próximos anos não é um problema conjuntural, mas reflete a queda da taxa de crescimento tendencial do PIB regional nas últimas décadas (veja o gráfico 1).

Gráfico 1
América Latina e Caribe: taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB)
e do PIB tendencial, 1951-2024

(Em porcentagens, com base em dólares constantes de 2018)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.
Nota: Utilizou-se o filtro de Hodrick-Prescott para calcular o PIB tendencial.

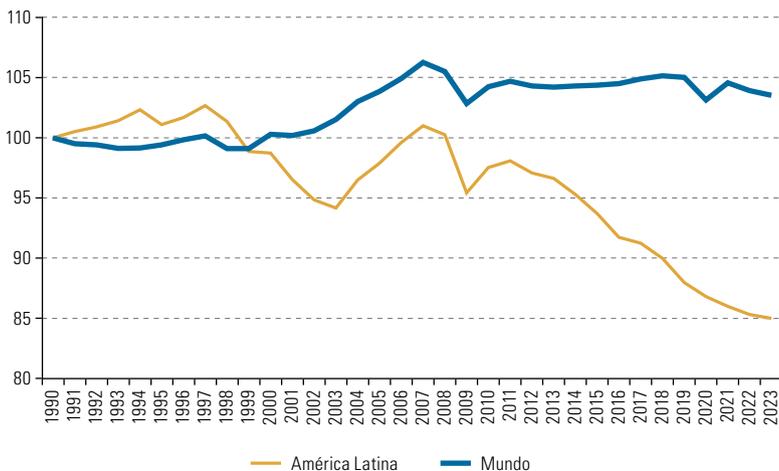
Embora a inflação tenha cedido, a postura monetária continua sendo restritiva, devido aos efeitos que a redução de taxas poderia ter sobre os fluxos de capital e a taxa de câmbio, considerando que nos países desenvolvidos as taxas de juros continuam altas. Observa-se também a desaceleração da capacidade de investimento e criação de empregos, bem como a persistência de elevados níveis de informalidade e disparidades de gênero, especialmente no que se refere às taxas de participação e de desocupação.

B. Um novo modelo de desenvolvimento produtivo, inclusivo e sustentável

Uma das principais causas do fraco crescimento econômico da região é a tendência decrescente da produtividade. A produtividade já mostrava sinais de fadiga desde a crise financeira asiática no fim do

século passado, mas a tendência agravou-se na última década (veja o gráfico 2). Recuperar o dinamismo da produtividade é uma condição necessária para escapar da síndrome estrutural de baixo crescimento que aflige a região há décadas, abordar o resto dos desafios em matéria de desenvolvimento e acelerar o cumprimento dos ODS.

Gráfico 2
América Latina (15 países)^a e mundo:
produtividade total dos fatores, 1990-2023
(Índice: 1990=100)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em The Conference Board, Total Economy Database [on-line] <https://www.conference-board.org/data/economydatabase>.

^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Jamaica, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da).

A fim de obter um aumento sustentado da produtividade, é necessário aumentar a sofisticação e diversificação dos sistemas produtivos da região e, em geral, propiciar mudanças estruturais (Salazar-Xirinachs, Nübler e R. Kozul-Wright, 2017; McMillan e Rodrik, 2011). Esse processo requer um trabalho articulado entre os setores público e privado, a academia e a sociedade civil, a fim de detectar e resolver os gargalos que obstaculizam a mudança, o que dá lugar a políticas de desenvolvimento produtivo.

A crise do desenvolvimento e o atraso relativo do avanço no cumprimento dos ODS na América Latina e no Caribe tornam necessário reorientar os rumos para abandonar práticas e políticas que não funcionaram, desenvolver novas áreas estratégicas que impulsionem e liderem o processo, implementar iniciativas transformadoras e um novo estilo de governança na formulação de políticas públicas, utilizar ferramentas como o planejamento estratégico e a prospectiva, formular novas orientações para impulsionar o desenvolvimento e atribuir novos papéis aos atores da mudança.

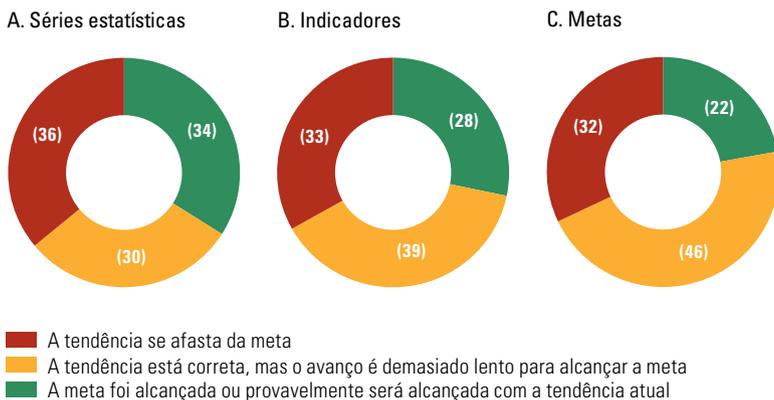
II. O avanço da América Latina e do Caribe no cumprimento das metas dos ODS: prospectiva para 2030

Esta seção apresenta os resultados da análise das trajetórias para atingir as metas dos ODS, mediante cenários prospectivos para 2030 baseados em modelos projetivos. Com base nos dados da América Latina e do Caribe disponíveis em fevereiro de 2024 foram analisadas 794 séries estatísticas e 179 indicadores, que permitiram avaliar 131 metas (78% do total). Utiliza-se um semáforo de luzes verde (metas que já foram alcançadas ou que, se a tendência e o ritmo atuais forem mantidos, seriam alcançadas até 2030), amarela (metas em que as tendências indicam trajetória e direção adequadas, mas cujo ritmo de avanço é insuficiente para alcançar os patamares em 2030) e vermelha (metas que não seriam atingidas até 2030, a menos que se implementem políticas públicas para reverter a tendência de retrocesso observada).

A situação mostra um leve retrocesso em relação aos resultados anteriores (CEPAL, 2020, 2021, 2022 e 2023). Mostram horizontes de cumprimento das expectativas até 2030 somente 34% das séries estatísticas (41% em 2023), 28% dos indicadores (31% em 2023) e 22% das metas (25% em 2023) em que foi possível fazer projeções. Persiste uma acentuada heterogeneidade entre indicadores e entre metas em cada um dos ODS. Cerca de 30% das séries, 39% dos indicadores e 46% das metas continuam na direção certa, mas seria

necessário acelerar o ritmo de avanço para alcançar os patamares estabelecidos, enquanto em 36% das séries, 33% dos indicadores e 32% das metas registra-se retrocesso em relação ao ponto de partida em 2015, motivo pelo qual é urgente reverter a tendência observada (veja o gráfico 3).

Gráfico 3
América Latina e Caribe: séries estatísticas, indicadores e metas dos ODS segundo a probabilidade de cumprimento até 2030
(Em porcentagens)

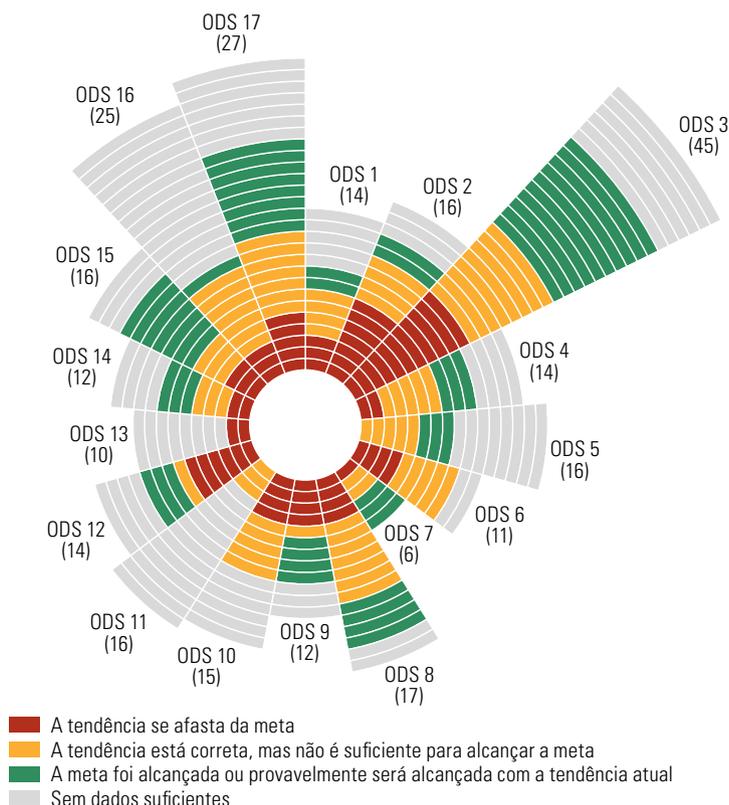


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O gráfico 4 mostra o número de indicadores para cada ODS classificados de acordo com as cores do semáforo definido anteriormente. Inclui aqueles para os quais não se conta com informação suficiente (em cinza), o que mostra a necessidade de aumentar a disponibilidade de dados para ter uma perspectiva mais ampla das trajetórias dos ODS e suas metas, especialmente para os ODS 1, 5, 11, 13 e 16³.

³ Veja a definição dos ODS, metas e indicadores em CEPAL (2023c).

Gráfico 4
América Latina e Caribe: indicadores dos ODS segundo a probabilidade de que em 2030 se tenha alcançado o patamar estabelecido
(Em número)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Nota: Inclui 30 indicadores complementares priorizados para a região. Os indicadores repetidos estão incluídos em todos os ODS correspondentes.

Os resultados agregados das metas da Agenda 2030 permitem contar com uma aproximação aos horizontes previstos para 2030. O gráfico 5 apresenta informações mais detalhadas, identificando para cada ODS o prognóstico de cumprimento das metas até 2030, classificadas segundo as cores do semáforo, o que permite constatar a diversidade de situações de avanço em relação a cada um dos ODS e entre eles.

Gráfico 5
América Latina e Caribe: metas dos ODS segundo a probabilidade de cumprimento até 2030

Objetivo	Meta																		
ODS 1				1.1	1.3	1.2	1.4	1.5	1.a	1.b									
ODS 2			2.1	2.4	2.a	2.2	2.5	2.c	2.b	2.3									
ODS 3		3.4	3.8	3.b	3.d	3.1	3.3	3.6	3.7	3.2	3.5	3.9	3.c						
ODS 4			4.1	4.b	4.2	4.6	4.a	4.c	4.3	4.5	4.4	4.7							
ODS 5						5.2	5.3	5.4	5.5	5.b	5.c	5.1	5.6	5.a					
ODS 6			6.4	6.6	6.b	6.1	6.2	6.3	6.5	6.a									
ODS 7					7.a	7.1	7.3	7.2	7.b										
ODS 8			8.4	8.5	8.a	8.1	8.2	8.3	8.6	8.7	8.10	8.8	8.9	8.b					
ODS 9				9.1	9.2	9.5	9.a	9.4	9.b	9.c	9.3								
ODS 10			10.5	10.7	10.b	10.2	10.4	10.6	10.a	10.c	10.1	10.3							
ODS 11						11.1	11.5	11.6	11.2	11.3	11.4	11.7	11.a	11.b	11.c				
ODS 12		12.2	12.3	12.4	12.b	12.c	12.5	12.1	12.6	12.a	12.7	12.8							
ODS 13				13.2	13.3	13.1	13.a	13.b											
ODS 14				14.1	14.a	14.2	14.7	14.b	14.5	14.6	14.3	14.4	14.c						
ODS 15				15.3	15.5	15.1	15.4	15.8	15.2	15.6	15.a	15.b	15.7	15.9	15.c				
ODS 16				16.3	16.6	16.10	16.1	16.2	16.5	16.8	16.a	16.4	16.7	16.9	16.b				
ODS 17	17.1	17.10	17.11	17.13	17.17	17.4	17.7	17.12	17.8	17.3	17.6	17.8	17.9	17.19	17.2	17.5	17.14	17.15	17.16

- A tendência se afasta da meta
- A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta
- A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual
- Sem dados suficientes

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Dado esse cenário regional, é inadiável um apelo aos países para a implementação de ações de política pública específicas concentradas em resolver os atrasos ainda vigentes, com o fim de impulsionar e consolidar um ritmo de avanço no cumprimento dos compromissos assumidos na Agenda 2030. Nesse sentido, a muito baixa probabilidade de cumprimento de 32% das metas não deve ser motivo para afrouxar os esforços, mas sim redobrá-los e assim alcançar melhores condições para continuar trabalhando por um futuro produtivo, inclusivo e sustentável depois de 2030.

III. Avanços no cumprimento dos ODS 1, 2, 13, 16 e 17 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

A. Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

OBJETIVO 1 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

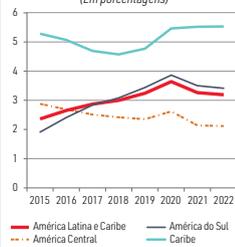
Avanços na América Latina e no Caribe



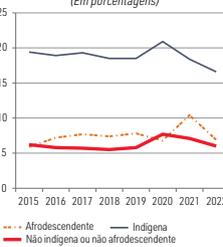
Meta 1.1 Erradicar a pobreza extrema

1.1

Indicador 1.1.1 Proporção da população empregada que vive abaixo da linha internacional de pobreza, 2015-2022 (Em porcentagens)



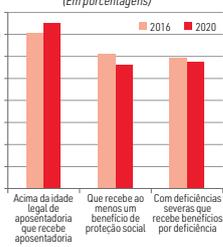
Indicador P-1.1.1 América Latina: Proporção da população em situação de pobreza extrema segundo a condição étnico-racial, 2015-2022 (Em porcentagens)



Meta 1.3 Implementar sistemas de proteção social

1.3

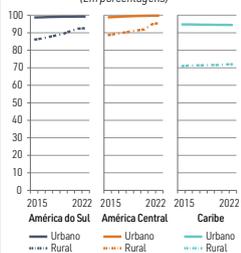
Indicador 1.3.1 Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, 2016 e 2020 (Em porcentagens)



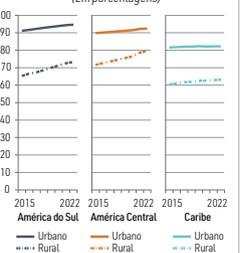
Meta 1.4 Direitos iguais aos recursos econômicos, serviços básicos, propriedade e tecnologia

1.4

Indicador 1.4.1 Proporção da população que utiliza serviços básicos de água potável, 2015-2022 (Em porcentagens)



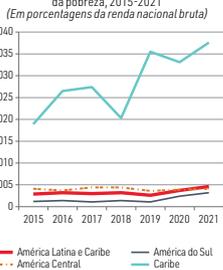
Indicador 1.4.1 População que utiliza serviços básicos de saneamento, 2015-2022 (Em porcentagens)



Meta 1.a Mobilização de recursos para erradicar a pobreza

1.a

Indicador 1.a.1 Doações de assistência oficial para o desenvolvimento para a redução da pobreza, 2015-2021 (Em porcentagens da renda nacional bruta)



- A tendência se afasta da meta
- A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta
- A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Nota: Cada indicador é composto por uma ou mais séries estatísticas, que cobrem parcial ou totalmente o indicador correspondente. Os gráficos aqui apresentados utilizam uma ou mais séries estatísticas do indicador respectivo.

Diagrama 1
América Latina e Caribe: metas do Objetivo 1, segundo a probabilidade de alcançar o patamar definido até 2030



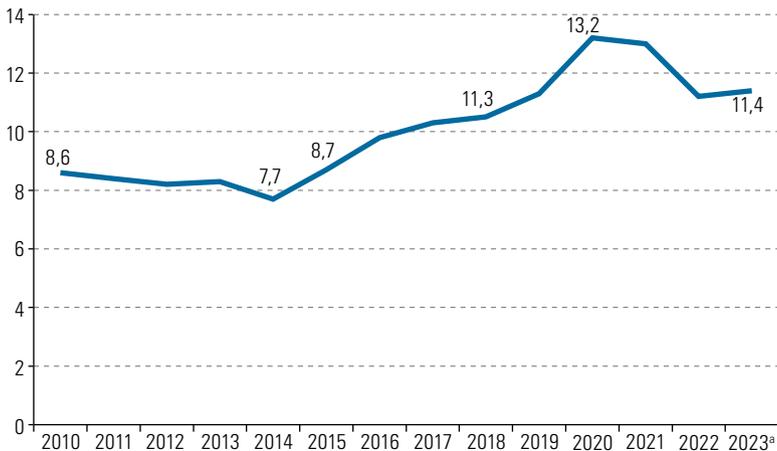
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

1. Combate à pobreza e pobreza extrema medidas segundo a renda (metas 1.1 e 1.2)

Na primeira década do século 21 a pobreza e a pobreza extrema diminuíram na região, mas houve retrocessos que afastam a possibilidade de que a região atinja o ODS 1. Estima-se que em 2023 a taxa de pobreza extrema da região alcançou 11,4%, 2,7 pontos percentuais mais do que em 2015 (veja o gráfico 6), o que implica um retrocesso quanto ao cumprimento da meta 1.1. Para a pobreza estima-se uma taxa de 29,1%, indicando que não houve progresso no cumprimento da meta 1.2.

Gráfico 6
América Latina (18 países): taxas de pobreza e pobreza extrema, 2010-2023
(Em porcentagens)

A. Pobreza extrema



B. Pobreza



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2023* (LC/PUB.2023/18-P/Rev.1), Santiago, 2023.

^a Os dados de 2023 correspondem a estimativas.

A pobreza afeta desproporcionalmente alguns grupos populacionais. Em 2022, a taxa de pobreza das mulheres em idade produtiva era equivalente a 1,2 a dos homens (CEPAL, 2023d). As políticas públicas para reduzir as diferenças de pobreza entre os grupos populacionais são essenciais para melhorar as perspectivas de cumprimento da meta 1.1.

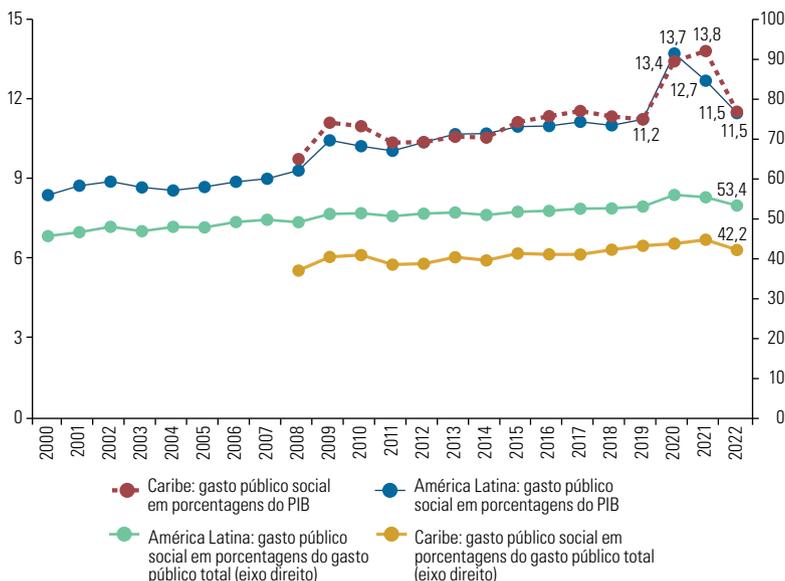
2. Mobilização de recursos e gasto social para erradicar a pobreza (metas 1.a e 1.b)

O gasto público social é um meio de implementação fundamental para o cumprimento dos ODS. Sua evolução revela o esforço realizado pelos países em prol do desenvolvimento social inclusivo. O gráfico 7 mostra que, no triênio 2020-2022, houve uma ruptura importante na tendência do gasto social do governo central, com um aumento no início da pandemia e um retorno a um nível levemente superior ao de 2019 em 2022 (11,2% do PIB).

Gráfico 7

América Latina^a e Caribe^b (22 países): gasto social do governo central como proporção do PIB e do gasto público total, 2000-2022

(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com base na informação oficial dos países.

^a Os valores da América Latina correspondem à média aritmética dos valores de 17 países: Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. A cobertura do Estado Plurinacional da Bolívia corresponde à administração central e a do Peru ao governo geral. Os dados do Estado Plurinacional da Bolívia e do Panamá correspondem a 2021.

^b Os valores do Caribe correspondem à média aritmética dos valores de cinco países: Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica e Trindade e Tobago.

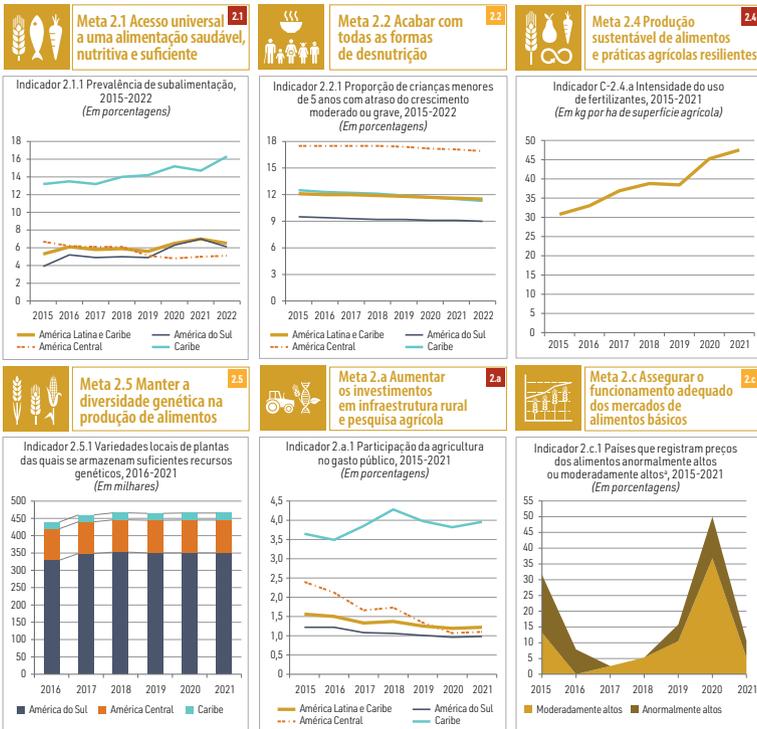
As funções nas quais se concentra a maior proporção do gasto são a proteção social, a educação e a saúde (em torno de 90% do gasto social total), o que coincide com o estabelecido no indicador 1.a.2 da meta 1.a dos ODS. Em 2022, os níveis recomendados de gasto em educação somente eram observados em oito países da região (UNESCO e outros, 2016). Quanto ao gasto em saúde, a meta de 6% do PIB estabelecida pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) não foi alcançada em nenhum país da região ao considerar os recursos do governo central (CEPAL, 2023e).

B. Objetivo 2: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

OBJETIVO 2 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

Avanços na América Latina e no Caribe



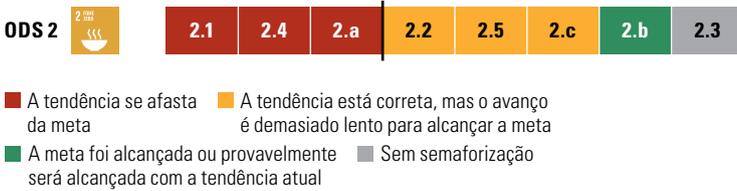
■ A tendência se afasta da meta ■ A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta
 ■ A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Nota: Cada indicador é composto por uma ou mais séries estatísticas, que cobrem parcial ou totalmente o indicador correspondente. Os gráficos aqui apresentados utilizam uma ou mais séries estatísticas do respectivo indicador.

^aSegundo o indicador de anomalias no preço dos alimentos.

Diagrama 2
América Latina e Caribe: metas do Objetivo 2, segundo a probabilidade de alcançar o patamar definido em 2030



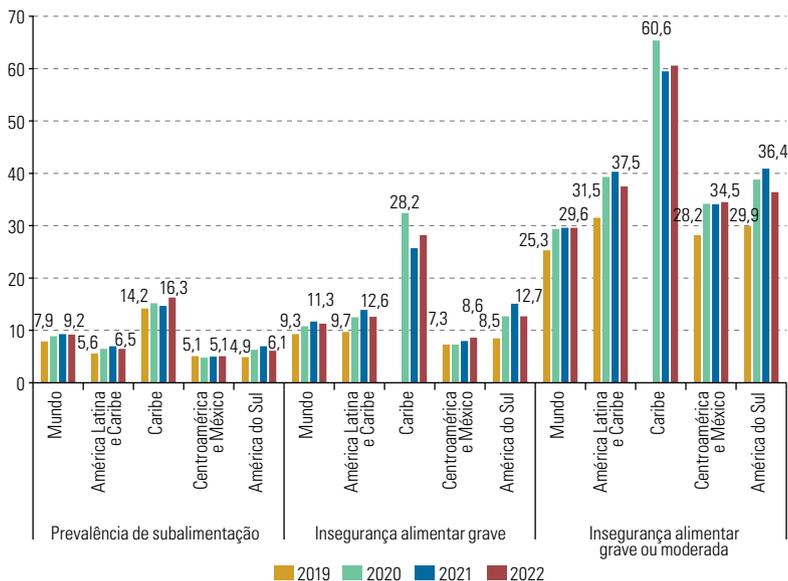
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

1. Segurança alimentar: acesso a alimentos seguros, nutritivos e suficientes (meta 2.1)

A partir de 2014, na América Latina e no Caribe o baixo crescimento econômico e as crises globais interromperam os avanços no combate à fome, motivo pelo qual a prevalência da insegurança alimentar na região passou de 21,7% em 2015 a 29,6% em 2022; os mais afetados foram as mulheres e os habitantes das zonas rurais (FAO e outros, 2023). Esses dados evidenciam um retrocesso no cumprimento da meta 2.1. Além disso, a inflação dos alimentos e a desigualdade de renda aceleraram o aumento da fome em todo o mundo (veja o gráfico 8).

O aumento da fome e da insegurança alimentar se deve sobretudo a problemas de acesso, pois existe uma oferta de alimentos suficiente (CEPAL/FAO/PMA, 2022). Por outro lado, as mudanças sociais, demográficas e econômicas contribuem para modificar os hábitos alimentares das pessoas, em muitos casos aumentando o consumo de alimentos pouco saudáveis, especialmente nos domicílios mais pobres. A alimentação pouco saudável é uma das principais causas da desnutrição e está entre os dez principais fatores de risco que incidem na carga global de doença (FAO/OMS, 2019).

Gráfico 8
América Latina e Caribe: prevalência de subalimentação e insegurança alimentar moderada ou grave, comparada com o resto do mundo e por sub-região, 2019-2022
 (Em porcentagens)

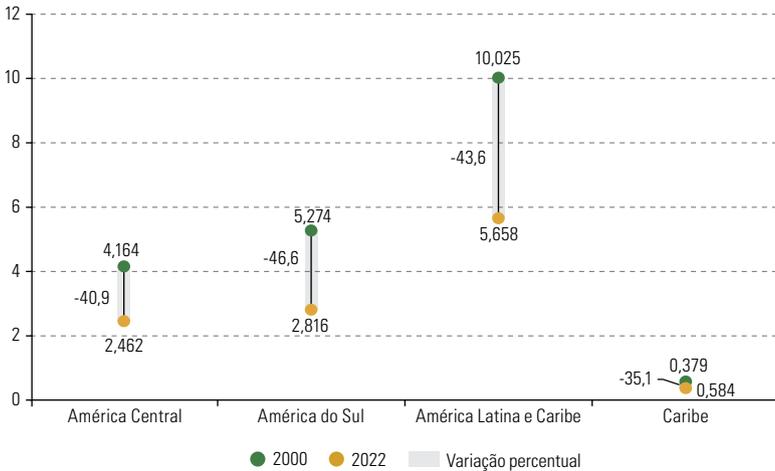


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e outros, *América Latina e el Caribe - Panorama regional de la seguridad alimentaria y la nutrición 2023: estadísticas y tendencias*, Santiago, 2023.

2. Combater a desnutrição e a obesidade (meta 2.2)

O ODS 2 supõe reduzir em 40% o número de crianças menores de 5 anos com desnutrição crônica até 2025 e chegar a uma prevalência inferior a 2,5% em 2030. Na média dos países da região atingiu-se a primeira parte dessa meta, já que em 2022 o número de crianças com desnutrição crônica (medida através do atraso no crescimento) diminuiu 43,6% em relação a 2000 (veja o gráfico 9).

Gráfico 9
América Latina e Caribe: número de crianças com atraso moderado ou grave no crescimento, por sub-região, 2000-2022
 (Em milhões)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de Dados Mundial de Indicadores dos ODS [on-line] <https://unstats.un.org/sdgs/dataportal>.

Os avanços registrados não parecem suficientes para prever o cumprimento da meta no que se refere à proporção de crianças com atraso no crescimento moderado ou grave, pois esta passou de 17,8% em 2000 para 11,5% em 2022. De fato, até agora avançou-se somente 35,4% nessa meta, quando seria necessário ter avançado 73,3% em 2022 para estar a caminho de alcançá-la. A prevalência de sobrepeso entre crianças menores de 5 anos (outra forma de desnutrição) registra aumentos.

C. Objetivo 13: Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

OBJETIVO 13 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

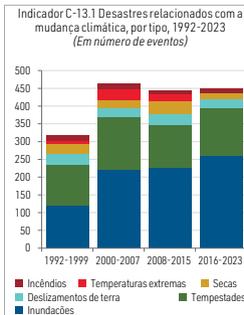
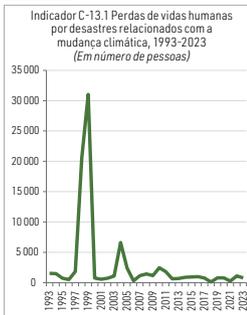
Avanços na América Latina e no Caribe



Meta 13.1 Fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e aos desastres naturais



Meta 13.3 Melhorar a capacidade de combate à mudança climática 13.3



- A tendência se afasta da meta
- A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta
- A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Nota: Cada indicador é composto por uma ou mais séries estatísticas, que cobrem parcial ou totalmente o indicador correspondente. Os gráficos aqui apresentados utilizam uma ou mais séries estatísticas do respectivo indicador.

Diagrama 3

América Latina e Caribe: metas do Objetivo 13, segundo a probabilidade de alcançar o patamar definido em 2030



- A tendência se afasta da meta
- A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta
- A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual
- Sem semaforização

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

1. Adaptação e redução de riscos e efeitos relacionados com o clima: educação, sensibilização e alerta precoce (metas 13.1 e 13.3)

A América Latina e o Caribe emitiram seis gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente (GtCO₂eq) em 2019, o que representou 10% das emissões globais (CEPAL, 2023a). A região conta com uma matriz energética relativamente mais limpa do que a média do mundo, e as energias renováveis ganharam espaço. A mudança no uso do solo produz 38% das emissões de gases de efeito estufa, a silvicultura e a agricultura 20% e o setor da energia 25% (CEPAL, 2023f).

Até hoje, 15 países da América Latina e do Caribe apresentaram seus planos nacionais de adaptação à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. Nas contribuições nacionalmente determinadas (CND) atualizadas da região há uma maior presença do componente de adaptação. Os esforços da região para se adaptar e reduzir a vulnerabilidade aos efeitos da mudança climática se concentram nos setores sensíveis à variação do clima, como a água, a agricultura, a saúde, a biodiversidade e as zonas costeiras (veja o quadro 1).

2. Políticas, estratégias e planos nacionais e regionais relativos à mudança climática: os compromissos nacionais e o Acordo de Paris (metas 13.2, 13.a e 13.b)

As metas climáticas da região para 2030 incluem uma redução entre 24% e 29% das emissões em relação ao cenário sem alterações (*business as usual*), conforme os objetivos correspondam a metas incondicionais ou a metas condicionadas à obtenção de financiamento climático e cooperação internacional.

Os países têm concentrado seus esforços em setores como os de energia, uso do solo, mudança no uso do solo e silvicultura, transporte, agricultura e resíduos. Contudo, para alcançar os objetivos de redução de emissões indicados nas CND deverão aumentar de maneira significativa a velocidade de descarbonização das suas economias, de 0,9% como média anual (entre 2010 e 2019) para 3,9% como média anual. Para não superar o limite de 1,5°C, a velocidade de descarbonização da região deve ser oito vezes superior à histórica (CEPAL, 2023g).

Quadro 1
América Latina e Caribe: setores prioritários para a adaptação à mudança climática

País/setores																	
	Água	Agricultura	Saúde	Biodiversidade	Zona costeira e oceanos	Uso do solo, mudança no uso do solo e silvicultura	Gestão de riscos	Florestas	Infraestrutura	Cidades, assentamentos humanos e organização territorial	Energia	Turismo	Transporte	Habitação	Indústria	Educação	Desenvolvimento Social
Antígua e Barbuda																	
Argentina																	
Bahamas																	
Barbados																	
Belize																	
Bolívia (Estado Plurinacional da)																	
Brasil																	
Chile																	
Colômbia																	
Costa Rica																	
Cuba																	
Dominica																	
Equador																	
El Salvador																	
Granada																	
Guatemala																	
Guiana																	

País/setores																	
	Água	Agricultura	Saúde	Biodiversidade	Zona costeira e oceanos	Uso do solo, mudança no uso do solo e silvicultura	Gestão de riscos	Florestas	Infraestrutura	Cidades, assentamentos humanos e organização territorial	Energia	Turismo	Transporte	Habitação	Indústria	Educação	Desenvolvimento Social
Haiti																	
Honduras																	
Jamaica																	
México																	
Nicarágua																	
Panamá																	
Paraguai																	
Peru																	
República Dominicana																	
Saint Kitts e Nevis																	
São Vicente e Granadinas																	
Santa Lúcia																	
Suriname																	
Uruguai																	
Venezuela (República Bolivariana da)																	

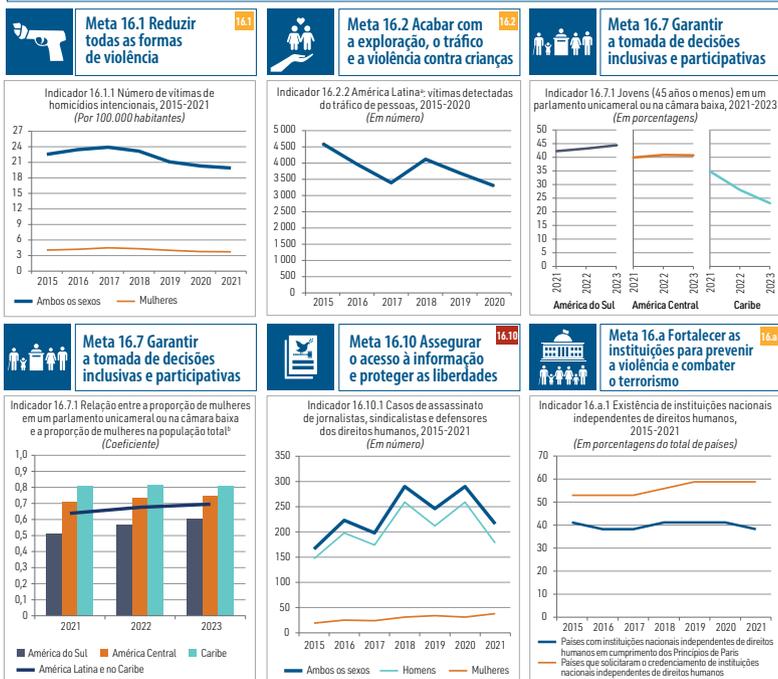
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *The economics of climate change in Latin America and the Caribbean, 2023: financing needs and policy tools for the transition to low-carbon and climate-resilient economies* (LC/TS.2023/154), Santiago, 2023.

D. Objetivo 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

OBJETIVO 16 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Avanços na América Latina e no Caribe

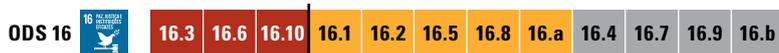


■ A tendência se afasta da meta ■ A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta
 ■ A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Nota: Cada indicador é composto por uma ou mais séries estatísticas, que cobrem parcial ou totalmente o indicador correspondente. Os gráficos aqui apresentados utilizam uma ou mais séries estatísticas do indicador respectivo.

Diagrama 4
América Latina e Caribe: metas do Objetivo 16, conforme a probabilidade de alcançar o patamar definido em 2030



- A tendência se afasta da meta
- A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta
- A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual
- Sem semaforização

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

1. Prevenção e redução de todas as formas de violência: homicídio, tráfico, tortura e maus-tratos (metas 16.1 e 16.2)

A América Latina e o Caribe abrigam cerca de 9% da população mundial, mas nela se registra quase um terço do total de homicídios no mundo: 19,9 homicídios por 100.000 habitantes em 2021 (UNODC, s.d.). Esta taxa de homicídios flutuou entre 20 e 25 nos últimos 20 anos. A Ásia registra em média 2,3 homicídios por 100.000 habitantes, a Europa 2,2, a Oceania 2,9, a América do Norte 6,3 e a África 12,7 (UNODC, 2023).

Os níveis de homicídio persistentemente altos na região são atribuídos aos grupos do crime organizado que competem pelo controle dos mercados ilegais, o que se combina com a fragilidade do estado de direito, a desigualdade social e o desemprego juvenil (Hernández Bringas, 2021; UNODC, 2023), bem como com a produção de drogas e a posse e uso de armas de fogo, entre outros fatores (UNODC, 2023). Esta situação ressalta a insuficiência do avanço no cumprimento da meta 16.1.

Medições feitas em vários países da região indicam que mais da metade das crianças de 1 a 14 anos sofrem atos de violência. Também se documentou uma maior prevalência de tráfico de pessoas no caso das meninas e nas áreas urbanas; tudo isso contribui para explicar a dificuldade de chegar ao patamar da meta 16.2 em 2030.

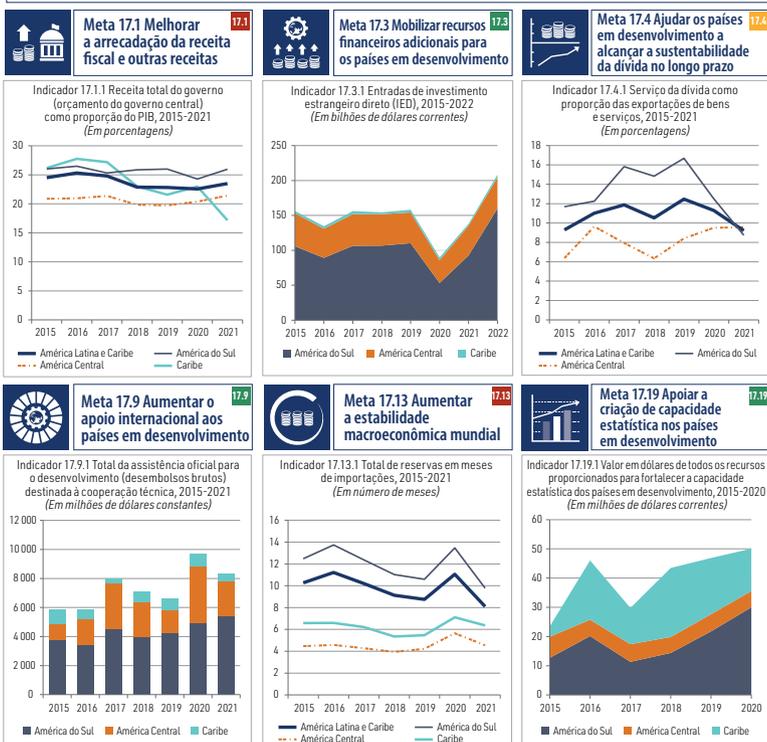
2. Acesso à justiça (meta 16.3)

Na América Latina e no Caribe, ainda existe uma proporção elevada de pessoas que, ao serem vítimas de algum tipo de crime ou ato de violência, não apresentam a denúncia correspondente às autoridades competentes ou outros mecanismos de resolução de conflitos. Isto pode ser devido à

falta de confiança nas instituições ou às dificuldades dos processos para apresentar as denúncias, bem como ao congestionamento e demora judicial. Por outro lado, uma alta porcentagem das denúncias apresentadas às autoridades ficam sem resolução ou são resolvidas depois de muito tempo, o que inibe a denúncia por parte dos cidadãos e os distancia do acesso à justiça. No caminho para alcançar a meta 16.3 da Agenda 2030 não ocorreram avanços suficientes e até mesmo houve retrocessos.

E. Objetivo 17: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

OBJETIVO 17 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável Avanços na América Latina e no Caribe

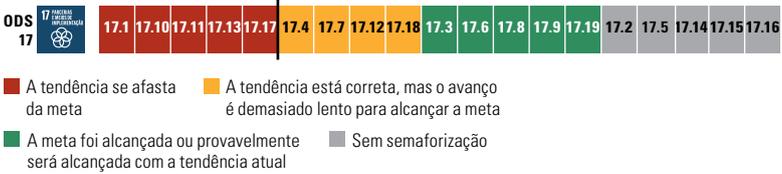


■ A tendência se afasta da meta ■ A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta
■ A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Nota: Cada indicador é composto por uma ou mais séries estatísticas, que cobrem parcial ou totalmente o indicador correspondente. Os gráficos aqui apresentados utilizam uma ou mais séries estatísticas do indicador respectivo.

Diagrama 5
América Latina e Caribe: metas do Objetivo 17, segundo a probabilidade de alcançar o patamar definido em 2030



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

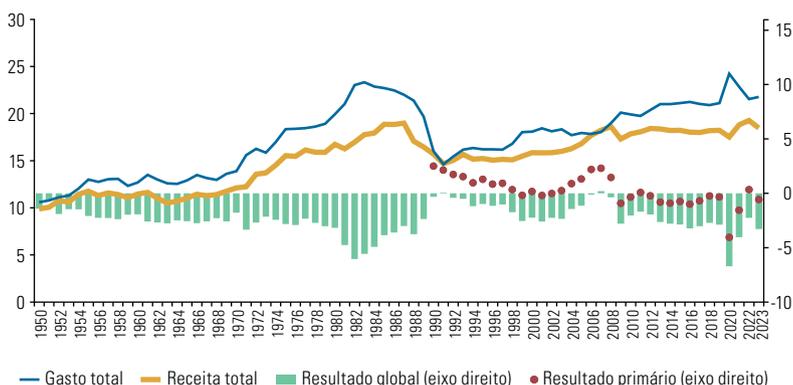
1. Finanças públicas, mobilização de recursos e sustentabilidade da dívida (metas 17.1, 17.2, 17.3 e 17.4)

A redução do espaço das políticas fiscais e monetárias, bem como o crescente nível de endividamento público, junto com uma arquitetura financeira internacional que demonstrou ser incapaz de apoiar fontes de financiamento estáveis e de longo prazo com a magnitude e as condições necessárias, se traduziu na ampliação da lacuna de financiamento para o desenvolvimento⁴.

A receita do governo geral como proporção do PIB aumentou de 15% do PIB no início da década de 1990 para mais de 18% a partir de 2021 (veja o gráfico 10). No entanto, este aumento não foi suficiente para atender às demandas em matéria de gasto público (CEPAL, 2020b). Além disso, a proporção do orçamento nacional financiada com os impostos internos diminuiu de 75,5% em 2007 para 54,6% em 2020. Esse retrocesso no caminho para atingir a meta 17.1 reflete o enfraquecimento da capacidade de arrecadação tributária que ocorreu a partir da crise financeira de 2008 e se agravou com a pandemia de COVID-19.

⁴ Segundo uma análise da CEPAL (2023h) sobre um grupo de países da região, estima-se que falta um investimento adicional entre 5,2% e 10,9% do PIB anual apenas para manter o crescimento tendencial, devido às potenciais perdas econômicas causadas pela mudança climática.

Gráfico 10
América Latina (16 países)^a: indicadores fiscais
do governo central, 1950-2023^b
(Em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

^b Médias simples. As cifras de 2023 correspondem a estimativas oficiais para o ano. No caso da Argentina, México e Peru, as cifras correspondem à administração pública nacional, ao setor público federal e ao governo geral, respectivamente.

A mobilização de recursos financeiros adicionais de múltiplas fontes (meta 17.3) avança favoravelmente. Na região o volume de remessas em relação ao PIB passou de 0,9% do PIB em 2000 para 2,4% do PIB em 2020. O investimento estrangeiro direto (IED) captado pela região apresenta tendência crescente.

Quanto à sustentabilidade da dívida no longo prazo (meta 17.4), o viés deficitário das finanças públicas na região e os esforços dos países para enfrentar o impacto das crises globais em cascata resultaram em aumento do endividamento e da importância relativa do serviço da dívida. Essa tendência faz prever que não será possível alcançar essa meta em 2030. O custo do financiamento da dívida sobressai como um obstáculo no esforço para implementar uma política fiscal ativa.



PARTE II

Aceleração do cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

IV. Transições para acelerar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O caminho percorrido pelos países da América Latina e do Caribe para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mostra luzes e sombras. Se forem mantidas as trajetórias atuais, numerosas metas não serão alcançadas em 2030. Várias razões explicam este avanço lento e desigual: esforços isolados ou compartimentalizados em matéria institucional, de incentivos e de financiamento, em vez de enfoques mais integrados e colaborativos para o governo e coordenação das políticas; marcos de planejamento, de política e normativos desigualmente alinhados com os objetivos; orçamentos insuficientes; baixa capacidade de implementação; e a sequência de crises globais e choques adversos que ocorreram desde 2020. Para implementar transformações fundamentais que permitam superar essas deficiências são necessários enfoques de política mais integrados em torno de transições baseadas numa visão sistêmica, que exerçam tração sobre vários ODS simultaneamente (TWI2050, 2018).

Os princípios, objetivos e metas da Agenda 2030 constituem um caso paradigmático de transições justas rumo à sustentabilidade. Em essência, a Agenda 2030 propõe transitar de uma situação caracterizada por problemas e desafios nas diversas dimensões do desenvolvimento (que se sintetizam em seus 17 Objetivos) para um cenário no qual se alcancem objetivos e metas através de rupturas e mudanças estruturais que alterem as trajetórias adversas dessas dimensões ou, se for o caso, acelerem o progresso das trajetórias favoráveis.

O Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (GNUDS, 2023) identificou seis transições cruciais por seus efeitos catalisadores, multiplicadores e aceleradores do avanço rumo aos ODS. As transições se referem às seguintes áreas: i) sistemas alimentares; ii) acesso a energia a baixo custo; iii) conectividade digital; iv) educação; v) emprego e proteção social; vi) mudança climática, perda de biodiversidade e poluição. O resto desta seção descreve estas transições, indica sua contribuição ao avanço no cumprimento dos ODS e sugere ações para alcançar cenários desejados em cada uma delas.

A. Transição dos sistemas alimentares

A transição dos sistemas alimentares consiste em percorrer uma trajetória em que a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social se convertem em pilares fundamentais. Isso supõe não só recuperar práticas ancestrais de produção agrícola, mas também garantir a qualidade nutricional dos alimentos produzidos, cumprir as normas trabalhistas e proteger os direitos sociais de quem trabalha no setor.

Para realizar essa transição, é imperativo melhorar a gestão do solo e dos oceanos, reduzir o impacto ambiental das atividades agrícolas e pesqueira e fortalecer a resiliência dos ecossistemas perante as mudanças climáticas e ambientais. Além disso, é necessário assegurar que a produção de alimentos seja suficiente e equitativa para toda a população.

A Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares ressaltou os benefícios multifacetados da transição para práticas alimentares mais sustentáveis e resilientes, e destacou que o compromisso com os sistemas alimentares sustentáveis se alinha perfeitamente com as aspirações mais amplas descritas na Agenda 2030. Desde a fome zero e a saúde e o bem-estar até o consumo responsável e a ação contra a mudança global do clima, os sistemas alimentares sustentáveis são fundamentais para alcançar os ODS interconectados da Agenda 2030 (veja a imagem 1).

Imagem 1
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os quais a transição dos sistemas alimentares contribui



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O cenário desejável dessa transição é contar com sistemas alimentares sustentáveis e justos, que garantam que toda a população, em todas as etapas da vida, possa ter alimentos nutritivos em quantidades suficientes, tanto no caso das gerações presentes como das futuras. Isso melhoraria de maneira radical a segurança alimentar, impulsionaria a inclusão das economias rurais e ajudaria a manter a mudança climática sob controle e salvaguardar a diversidade biológica (FOLU, 2019).

B. Transição energética

A transição energética é um processo de transformação que exige um novo ecossistema regulatório, institucional e instrumental, que facilite os investimentos dirigidos a modificar a matriz energética mediante a crescente incorporação de energias renováveis e a eletrificação de setores que na atualidade dependem dos hidrocarbonetos e transforme os padrões produtivos e de consumo para aumentar a eficiência energética. É um processo que muda as atividades produtivas transversalmente, criando novas indústrias e gerando empregos decentes e sustentáveis. Esta transição é um vetor transformador do modelo de desenvolvimento na região.

A transição cada vez mais rápida para o uso generalizado de fontes de energia modernas, renováveis e limpas repercute positivamente em diversos ODS. Contribui de maneira direta para o cumprimento do ODS 7 e do objetivo de inovação com maior desenvolvimento tecnológico e de cadeias de valor em indústrias associadas, aumenta a produtividade com ganhos de eficiência energética e abre áreas de oportunidade para o mercado de trabalho a favor do objetivo de trabalho decente (veja a imagem 2). Também reduz o uso de combustíveis fósseis nas atividades produtivas e gera menos emissões poluentes no setor residencial e de construção. Além disso, contribui para descarbonizar processos de extração, purificação e distribuição de água e de geração de energia, empoderando as mulheres, e para reduzir a poluição nas cidades. Da mesma forma, contribui para o objetivo de ação contra a mudança global do clima, mediante a descarbonização de fontes energéticas de todos os setores produtivos ao reduzir as emissões de GEE, e para os objetivos associados à conservação de ecossistemas terrestres e marinhos.

Imagem 2
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os quais
a transição energética contribui



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O cenário desejável da transição em matéria de energia a preços acessíveis é um cenário de neutralidade de carbono (zero emissões líquidas), com sistemas energéticos que utilizem amplamente fontes

renováveis e limpas, tenham cobertura universal de serviços elétricos acessíveis para todos e não gerem impactos significativos na integridade dos ecossistemas.

C. Transição digital

A transição digital é o processo mediante o qual os agentes econômicos integram as tecnologias digitais em todos os aspectos de suas atividades, gerando mudanças nos modelos de consumo, produção e interação social. Esse processo tem o potencial de aumentar a produtividade, gerar novos mercados, criar novas indústrias e novos trabalhos, aumentar o bem-estar das pessoas com novos e melhores serviços e viabilizar modelos de produção mais sustentáveis do ponto de vista ambiental.

A transformação digital tem o grande potencial sinérgico de contribuir para o cumprimento de diversos ODS sob múltiplas perspectivas (veja a imagem 3). Pode ampliar o acesso a uma educação de qualidade (ferramentas de educação on-line), saúde (telemedicina), transporte (mobilidade autônoma), agricultura (automatização de semeadura e colheita) e governo aberto e digital (serviços públicos online), bem como facilitar a inovação em geral.

Imagem 3
**Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os quais
a transição dos sistemas alimentares contribui**



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O cenário desejável do desenvolvimento sustentável em matéria digital supõe que a infraestrutura e a conectividade digitais estejam disponíveis e sejam acessíveis para toda a população; assim, seria possível impulsionar, através de um uso adequado, aberto e seguro da tecnologia, aspectos essenciais do desenvolvimento, como uma economia com alto conteúdo tecnológico, e incidir na mudança estrutural com impacto na produtividade, no emprego, no comércio, na alfabetização digital, no acesso à saúde, educação e justiça, e também na criação de um ambiente favorável à inovação e ao empreendedorismo.

D. Transição educacional

A transição educacional é o processo para transformar os sistemas educacionais com o objetivo de proteger os direitos das pessoas nas diferentes etapas do ciclo de vida (particularmente o direito à educação), melhorar as perspectivas de bem-estar social e econômico, reduzir a desigualdade, reforçar a mobilidade e a coesão social e preparar as sociedades para as economias verdes e digitais do futuro.

Ao mesmo tempo que a educação de qualidade é um dos objetivos da Agenda 2030 (ODS 4), a transição para uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento sustentável da região e de seus habitantes. A transição educacional tem vinculação direta com os objetivos de trabalho decente e crescimento econômico e de redução das desigualdades. Além disso, através de seu potencial disseminador de mensagens essenciais, articula-se praticamente com todos os outros ODS, como um mecanismo de melhoria da saúde, do uso dos recursos naturais, de preservação de ecossistemas e de respeito e promoção de um ambiente livre de violência, com justiça, respeito às leis e paz (veja a imagem 4).

O cenário desejável da transição educacional supõe que as sociedades conseguiram uma mudança de paradigmas, mentalidades e comportamentos sobre a forma em que entendemos os processos de desenvolvimento, tanto no âmbito individual como coletivo, segundo a qual todas as pessoas têm a possibilidade de adquirir diversas capacidades, habilidades e destrezas para enfrentar um mundo de trabalho em evolução.

Imagem 4
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os quais a transição educacional contribui



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

E. Transição do emprego e da proteção social

A transição em matéria de emprego e proteção social consiste em percorrer a trajetória que conduza a sociedades que têm capacidade de criar trabalho decente e consolidar sistemas de proteção social universais e sustentáveis, o que fecharia as lacunas de acesso vigentes e contribuiria para garantir níveis de vida adequados para todas as pessoas.

Esta transição implica uma diversidade de ações a cargo de múltiplos atores que, com uma visão sinérgica, impulsionem as mudanças necessárias de maneira simultânea em diferentes subsistemas (educação, capacitação, desenvolvimento produtivo e outros). A finalidade é atender à demanda de empregos de maior nível de qualificação e melhor remuneração e, ao mesmo tempo, fortalecer os sistemas de proteção social para garantir renda adequada que permita um nível de bem-estar suficiente de maneira universal (CEPAL, 2020b).

Esta transição está vinculada à maioria dos ODS e pode dinamizar os processos dirigidos ao seu cumprimento, dado que o trabalho decente e a existência de um sistema de proteção social robusto contribuem para

a redução da pobreza e da fome e aumentam a possibilidade de acessar os serviços de saúde, educação e água e saneamento em melhores condições. Isso tem o potencial de reduzir a desigualdade em geral, e as disparidades de gênero em particular. Também permite reforçar os processos de inovação e produção sustentável vinculados à ação contra a mudança global do clima e fomentar tanto o desenvolvimento de cidades e comunidades sustentáveis, num contexto de paz, justiça e instituições sólidas, como as parcerias (veja a imagem 5).

Imagem 5
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os quais a transição do emprego e da proteção social contribui



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O cenário desejável da transição justa para a sustentabilidade do emprego e da proteção social consiste em dispor de uma força de trabalho suficiente (em quantidade e capacidade) para sustentar as atividades de um desenvolvimento que seja altamente produtivo, com uma elevada incorporação tecnológica e uma grande eficiência no uso de recursos. O trabalho é o mecanismo mediante o qual as pessoas obtêm renda e benefícios suficientes para alcançar um nível de bem-estar que assegure seu direito a uma vida digna e um desenvolvimento social inclusivo.

F. Transição climática, perda de biodiversidade e poluição

A transição climática é um processo que tem o objetivo de limitar o aumento da temperatura média do planeta a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. Com isso procura-se também reverter a perda de biodiversidade e a poluição derivadas dos processos de emissões de gases de efeito estufa. Com a finalidade de não criar mais desigualdade, não só deve considerar a responsabilidade histórica dos países no que diz respeito a suas emissões de GEE, mas também seus graus de vulnerabilidade aos impactos do fenômeno e suas diferenças socioeconômicas para abordar o problema. As responsabilidades associadas à transição climática (por exemplo, financiamento e transferência de tecnologia para a adaptação à mudança climática e a mitigação de seus efeitos) devem ser compartilhadas entre todos os países, mas diferenciadas, e os danos e perdas devem ser incorporados plenamente na discussão.

A mudança climática estabelece um novo contexto para o desenvolvimento sustentável; por isso, o enfrentamento desse fenômeno melhora as oportunidades de alcançar todos os ODS (veja a imagem 6). Em sua maioria os efeitos da mudança climática abalam a base natural e social do desenvolvimento sustentável e atentam de maneira crescente contra a possibilidade de erradicar a pobreza e a fome e promover a igualdade e a paz, além de repercutir nos ecossistemas do planeta. O combate a este mal mundial de uma forma adequada pode abrir inúmeras oportunidades para o cumprimento da Agenda 2030, pois torna necessário modificar os estilos de desenvolvimento atuais mediante, por exemplo, a produção e o consumo sustentáveis, o uso de energias limpas e o fortalecimento da cooperação internacional e do multilateralismo.

Na região deve-se aspirar a um cenário de muito baixa vulnerabilidade à mudança climática, com um elevado nível de adaptação e resiliência, mediante esforços próprios de mitigação das emissões de GEE. Isso deve ocorrer num contexto internacional em que se estabilize no mínimo possível o aumento futuro da temperatura média mundial para planejar estratégias de desenvolvimento resilientes ao clima, que também ajudem a mitigar os crescentes impactos do aumento da temperatura, que já se apresenta como inevitável.

Imagem 6
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os quais a transição climática contribui



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

As sociedades devem mudar o estilo de desenvolvimento e isso supõe a mudança drástica dos padrões de produção e consumo. O desafio é de grande magnitude, pois, embora contemos com os conhecimentos e as tecnologias necessárias para isso, é preciso superar inércias institucionais, mudar os modelos de rentabilidade dos investimentos e transformar de alguma forma todas as atividades humanas.

V. Financiamento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O Secretário-Geral das Nações Unidas tem insistido sobre a urgência de obter um aumento em grande escala do financiamento para o desenvolvimento, tanto de fontes internas como externas, com o objetivo de financiar os vultosos investimentos necessários para alcançar os ODS (Nações Unidas, 2023c). As estimativas recentes dessas necessidades adicionais oscilam entre 3% e 10% do PIB por ano.

A mobilização e o uso eficaz dos recursos internos são fundamentais na busca do desenvolvimento sustentável. No entanto, na América Latina e no Caribe o espaço fiscal é muito limitado e, por outro lado, a arquitetura financeira internacional não conseguiu apoiar a mobilização de financiamento estável no longo prazo na escala necessária para combater a crise climática e alcançar os ODS.

A. Necessidades de investimento e financiamento para os ODS

A relevância e urgência do combate à mudança climática atraíram a atenção sobre a mobilização de recursos financeiros adicionais para alcançar os ODS. A transição climática incide na possibilidade de atingir os 17 ODS⁵. A ação climática supõe uma transformação das economias, concentrada na mudança dos sistemas energéticos através

⁵ A transição climática supõe a implementação das medidas necessárias para manter o aumento da temperatura média do planeta abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e continuar com os esforços para limitar esse aumento a 1,5°C, como estipula o Acordo de Paris.

do investimento em zero emissões líquidas, bem como adaptação, resiliência e capital natural. Isso tem implicações não só climáticas, mas também em termos do desenvolvimento de padrões de crescimento e no que se refere ao cumprimento dos ODS em seu conjunto.

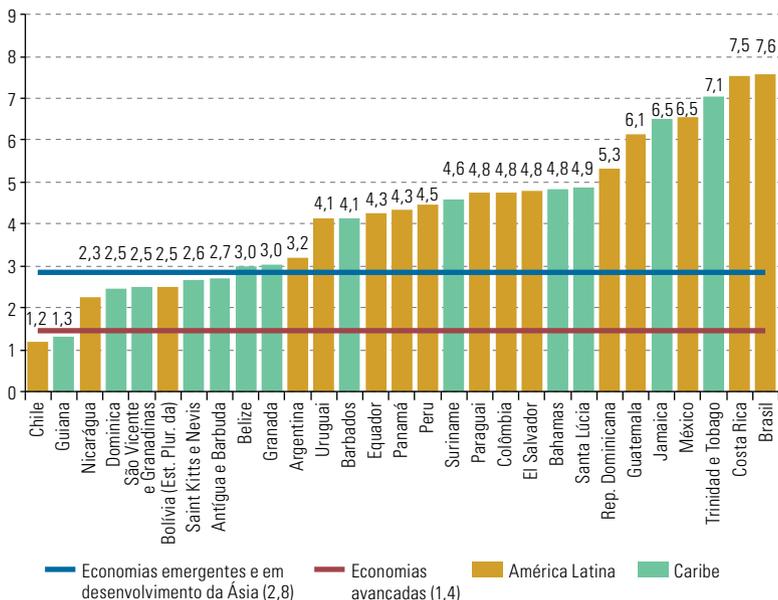
O combate à mudança climática é particularmente relevante para os países da América Latina e do Caribe, que sofrem as consequências da mudança climática de maneira desproporcional. De acordo com as estimativas mais recentes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2023h), em Barbados, El Salvador, Guatemala, Honduras, República Dominicana e Santa Lúcia o impacto da mudança climática e a maior intensidade dos fenômenos meteorológicos graves reduziriam o nível de atividade econômica entre 9% e 12%, em comparação com um cenário contrafactual de crescimento tendencial até 2050. Compensar as perdas econômicas causadas pela mudança climática exigiria um impulso de investimento sustentado sem precedentes. Para voltar ao nível de PIB que o cenário de crescimento tendencial supõe seria preciso um investimento adicional equivalente a uma média do PIB anual entre 5,3% e 10,9%.

B. Mobilização de recursos de fontes internas

Nos países da região existe uma ampla margem para reforçar a arrecadação tributária com o fim de aumentar a capacidade fiscal e contribuir para a sustentabilidade de uma política fiscal que favoreça o desenvolvimento sustentável e inclusivo. A arrecadação a título de receita tributária na América Latina e no Caribe registrou uma média de 21,7% do PIB em 2021 (com ampla variação regional, que vai de 12,7% no Panamá a 33,5% no Brasil), em comparação com 34,1% do PIB dos países da OCDE.

A necessidade de fortalecer a mobilização de recursos internos adquire maior relevância quando se analisam os níveis da dívida pública na região. Na América Latina, a dívida pública bruta do governo central alcançou um máximo de 56% do PIB em 2020, quando os países tomaram medidas sem precedentes para enfrentar a pandemia de COVID-19. A taxa de juros efetiva da dívida pública na região é elevada e se situa muito acima da média de 2,8% nas economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia e de 1,4% nas economias avançadas (veja o gráfico 11). O fato de as taxas de juros da região serem mais altas está associado ao prêmio de risco da dívida soberana emitida nos mercados internacionais e às elevadas taxas de juros para emissões em moeda nacional, geralmente nos mercados internos.

Gráfico 11
América Latina e Caribe e regiões e grupos de países selecionados:
taxas de juros efetivas da dívida bruta do governo geral, média de 2011-2022
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Fundo Monetário Internacional (FMI), *World Economic Outlook: A Rocky Recovery*, Washington, D.C., abril de 2023.

Nota: A taxa de juros efetiva é calculada como os pagamentos de juros implícitos divididos pelo nível da dívida pública do ano anterior.

C. Mobilização de recursos de fontes externas

1. Assistência oficial para o desenvolvimento

O volume da AOD concedida pelos países doadores do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD)⁶ da OCDE em 2022 ascendeu a 211,4 bilhões de dólares a preços constantes de 2020, o que supõe um aumento de 13,6% em relação a 2021. Apesar desse avanço, a

⁶ O CAD é formado por 32 países desenvolvidos, também membros da OCDE, mais a União Europeia.

quantia é apenas a metade do compromisso dos países desenvolvidos de dedicar 0,7% da renda nacional bruta à AOD com o fim de revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ODS 17)⁷.

Entre 2017 e 2021, a AOD líquida recebida em relação à renda nacional bruta dos países receptores na região foi, em média, em torno de 2% e em relação à formação bruta de capital em torno de 6%. A distribuição da AOD por setor de atividade mostra a importância do financiamento externo para responder aos desafios que os países da região enfrentam, em particular a recente expansão dos desembolsos de AOD orientados à proteção do meio ambiente (veja o quadro 2). A tendência recente da evolução da AOD recebida na América Latina e no Caribe destaca a necessidade de aumentar os recursos canalizados pelos países doadores, em especial para cumprir os Objetivos da Agenda 2030.

Quadro 2
América Latina e Caribe: distribuição da AOD líquida recebida dos países doadores do CAD da OCDE, por setor de destino, 2017-2021

Setores	Evolução	Total acumulado (Em milhões de dólares a preços constantes)	Participação (Em porcentagens)
I. Infraestrutura e serviços sociais		16 060	53,5
II. Infraestrutura e serviços econômicos		5 343	17,8
III. Setores de produção		2 625	8,7
IV.1. Proteção geral do meio ambiente		3 940	13,1
IV.2. Outros destinos multissetoriais		2 072	6,9
V. Total setorial alocável (I+II+III+IV)		30 040	100,0
Ajuda bilateral total a todos os setores		35 212	

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Creditor Reporting System (CRS) [on-line] <https://stats.oecd.org/Index.aspx?datasetcode=CRS1> [data de consulta: 15 de dezembro de 2023].

⁷ No período 2020-2022, somente cinco países do CAD alcançaram a meta de destinar 0,7% de sua renda nacional à AOD: Alemanha (0,78%), Dinamarca (0,71%), Luxemburgo (1,00%), Noruega (0,97%) e Suécia (0,98%).

2. Reforma da arquitetura financeira internacional

A arquitetura financeira internacional não promoveu a mobilização de financiamento estável e no longo prazo a fim de realizar os investimentos necessários para alcançar os ODS. Além disso, se caracteriza por profundas desigualdades, lacunas e ineficiências, inclusive os custos mais altos de financiamento dos países em desenvolvimento, o acesso heterogêneo a fontes de liquidez em tempos de crise, o investimento limitado em bens públicos globais (como o combate à mudança climática) e a elevada volatilidade dos mercados de capitais, que se traduziu em crises financeiras recorrentes.

O *Relatório de Políticas de Nossa Agenda Comum Nº 6*, “Reformas da arquitetura financeira internacional” (Nações Unidas, 2023b) descreve o caminho que deve ser tomado para reformar a arquitetura financeira e tributária internacional em seis âmbitos: i) governança econômica mundial; ii) alívio da dívida e custo da dívida soberana; iii) financiamento público internacional; iv) rede de segurança financeira mundial; v) marcos regulatórios e políticas que combatam a visão de curto prazo nos mercados de capitais, vinculem melhor a rentabilidade do setor privado com o desenvolvimento sustentável e os ODS e abordem a integridade financeira; vi) arquitetura tributária mundial para um desenvolvimento sustentável equitativo e inclusivo.

3. Bancos de desenvolvimento

Os principais bancos multilaterais de desenvolvimento aumentaram seu nível de capitalização depois da crise financeira mundial⁸. Outra maneira de aumentar o volume de recursos dos bancos de desenvolvimento é mediante o uso mais eficiente das bases de capital. Em 2019, o BID implementou uma reestruturação semelhante, que se traduziu num aumento de 20% da base de capital. Por outro lado, os bancos multilaterais de desenvolvimento podem adotar maior flexibilidade nos critérios de empréstimo. Nos principais bancos desse tipo, a relação

⁸ O Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) aumentou pela oitava vez seu capital autorizado, que em abril de 2020 passou de 5 para 7 bilhões de dólares (aumento de 40%), e em dezembro de 2021 o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) aprovou o maior aumento de capital de sua história (7 bilhões de dólares em capital realizado). Por sua vez, em 2022 o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou um aumento do capital do BID Invest, que fornece financiamento ao setor privado.

entre os fundos próprios e os empréstimos oscila entre 20% e 60%, enquanto na maioria dos bancos comerciais a relação é de 10% a 15% (Humphrey, 2020).

O aumento da capacidade de empréstimo deve ser acompanhado de iniciativas destinadas a superar as limitações técnicas e institucionais de alguns bancos de desenvolvimento em mobilizar financiamento para o desenvolvimento. Entre as principais barreiras que os bancos de desenvolvimento encontram para expandir seu financiamento para objetivos de desenvolvimento em geral, e para objetivos climáticos em particular, destacam-se o acesso limitado a fontes de financiamento de baixo custo e um capital de longo prazo insuficiente. Alguns projetos, sobretudo os relacionados com infraestrutura, são de grande magnitude, exigem um grande investimento de capital inicial e têm longos períodos de gestação. Outro obstáculo é a falta de experiência e de capacidade técnica para ter acesso a fundos e preparar projetos que sejam compatíveis com a oferta de financiamento. Outra barreira é a falta de coordenação e de articulação institucional entre os setores público e privado, que é um requisito fundamental para o financiamento de projetos vinculados ao cumprimento dos ODS.

VI. Conclusões e recomendações gerais

A. Transição para um desenvolvimento produtivo, inclusivo e sustentável

Os países latino-americanos e caribenhos enfrentam desafios que têm origem no contexto mundial e nas dinâmicas regionais próprias. O sistema econômico multilateral baseado em regras claras e previsíveis, com cadeias globais de produção concentradas na busca da eficiência, está em risco diante da complexa situação geopolítica. Isso redundou num mundo fragmentado em blocos regionais, com escassa cooperação para o desenvolvimento global.

As potências econômicas do mundo renovam suas políticas de desenvolvimento produtivo e relocalizam seus centros de produção e as rotas de suas cadeias de distribuição. Essas dinâmicas têm impacto nos países da América Latina e do Caribe, influenciando a tomada de decisões para enfrentar ameaças, aproveitar oportunidades e minimizar prejuízos num contexto global instável, sobre o qual a região não tem controle. Isso impõe a necessidade de explorar e analisar as megatendências mundiais e preparar as melhores respostas e estratégias.

Nesse contexto, a região mostra um ritmo de crescimento econômico muito lento, o desenvolvimento produtivo está defasado em relação a competidores internacionais, a produtividade praticamente se estagnou nos últimos 20 anos e a pobreza e a desigualdade continuam em níveis demasiadamente altos colocando em risco o cumprimento dos ODS. A

região precisa transitar aceleradamente para um modelo que promova transformações no desempenho produtivo, social e ambiental, com o desenvolvimento sustentável como objetivo central.

A urgência de acelerar o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável impõe a necessidade de realizar profundas transformações das políticas de desenvolvimento produtivo e macroeconômicas (fiscais, monetárias, cambiais), no sentido do “que” fazer e “como” fazê-lo, de modo a que facilitem a implementação dessa Agenda e potencializem seu impacto no crescimento e na produtividade, com uma visão estratégica de longo prazo e com a participação de múltiplos atores em todos os territórios.

É necessário dirigir o olhar para o horizonte distante a fim de facilitar a adoção de políticas públicas prospectivas, ou seja, políticas com objetivos de longo prazo que sejam o resultado do diálogo e de acordos amplos, participativos e inclusivos entre os atores do desenvolvimento. Precisamos de um Estado renovado e de acordos democráticos sobre o papel dos atores, o que deve resultar na formação de uma governabilidade democrática e uma nova governança da ação pública.

B. Enfrentar os desafios para alcançar os ODS

A análise da evolução dos indicadores de avanço no cumprimento dos ODS evidencia um panorama regional heterogêneo e complexo. Embora se observe um bom desempenho no cumprimento de alguns ODS, persistem desafios na maioria deles, que obrigam a atuar com urgência para mudar o rumo e realinhar em direção às metas as trajetórias para o cumprimento dos objetivos definidos em 2015.

Num contexto de renovada colaboração entre os países, será fundamental compartilhar experiências relevantes dirigidas a acelerar o avanço no cumprimento dos ODS, especialmente nos casos em que existem mecanismos institucionais sub-regionais propícios para a cooperação. Isso possibilitaria reduzir as lacunas entre as trajetórias observadas e os patamares definidos nas metas, bem como diminuir as diferenças no cumprimento dos ODS entre os territórios de um país.

Enfrentamos numerosos desafios, mas ao mesmo tempo contamos com múltiplas vantagens e oportunidades para retomar o caminho e acelerar o passo para o pleno cumprimento dos cinco ODS analisados em

maior profundidade neste documento. Na maioria dos casos, é preciso realizar um esforço adicional para alcançar as metas, especialmente nos ODS cujos indicadores avançam na direção certa, mas a um ritmo muito lento, e naqueles cujas trajetórias são regressivas em relação aos patamares previstos para 2030.

C. Acelerar as transições para a sustentabilidade

Seis transições são essenciais para a transformação do modelo de desenvolvimento. O objetivo é avançar da situação atual de lento crescimento, com emprego precário, estagnação do desenvolvimento social e deterioração do meio ambiente, para um cenário de desenvolvimento mais produtivo, inclusivo e sustentável, que gere prosperidade e progresso social e melhore a qualidade de vida da população latino-americana e caribenha.

As seis transições para a sustentabilidade (nas áreas de sistemas alimentares, acesso à energia com baixo custo, transformação digital, educação, emprego e proteção social e mudança climática) se vinculam e retroalimentam com as iniciativas transformadoras que a CEPAL propôs para o avanço no cumprimento da Agenda 2030 (CEPAL, 2023b). Sua aceleração e alinhamento com os ODS exige novas estratégias e políticas de desenvolvimento de longo prazo, formuladas e executadas coletivamente pelos atores sociais com a coordenação do Estado. O impulso às iniciativas transformadoras dos padrões de desenvolvimento vigentes requer o fortalecimento das capacidades institucionais de diálogo social e inclusão, governança, parcerias público-privadas, abordagem multiescalar e visão prospectiva.

D. Aumentar as opções de financiamento

Na América Latina e no Caribe as necessidades adicionais de investimento para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável situam-se entre 3% e 8% do PIB regional por ano. Contudo, o espaço fiscal é limitado e a arquitetura financeira internacional, caracterizada por profundas desigualdades e ineficiências, não conseguiu apoiar a mobilização de financiamento estável e de longo prazo para investimentos dessa envergadura. Por isso, o Secretário-Geral das Nações Unidas apresentou uma proposta corajosa para reformar a arquitetura financeira e tributária internacional (Nações Unidas, 2023b).

No plano regional, a CEPAL recomenda a mobilização de recursos públicos e privados, com um enfoque que alinhe a política fiscal com os ODS e, ao mesmo tempo, crie as condições para desbloquear o capital privado e atrair investimentos. Propõe-se um novo pacto fiscal que oriente os incentivos fiscais no sentido dos objetivos de desenvolvimento e assente as bases da sustentabilidade das finanças públicas. Para isso, é necessário aumentar o nível da arrecadação tributária, sua progressividade e sua capacidade de reduzir as desigualdades de renda e riqueza.

Para elevar a arrecadação tributária é preciso reduzir a evasão fiscal e os vultosos gastos tributários, bem como modernizar os regimes fiscais aplicados à exploração de recursos naturais não renováveis. Deve-se melhorar a eficiência da política de gasto público para reduzir lacunas sociais e impulsionar o potencial de crescimento da economia, priorizando medidas com alto rendimento econômico, social e ambiental. O gasto público deve fomentar um desenvolvimento produtivo, inclusivo e sustentável no médio e longo prazo.

É possível aumentar a capacidade dos bancos de desenvolvimento para mobilizar recursos financeiros através de maior capitalização, uso mais eficiente de seu capital e maior flexibilidade em seus critérios de empréstimo. O setor público pode apoiar os esforços dos bancos de desenvolvimento para obter financiamento de baixo custo a longo prazo, mediante a concessão de garantias, o fortalecimento de capacidades e a diversificação de projetos.

E. Reflexões finais

Ante a crise do desenvolvimento e o atraso relativo no cumprimento dos ODS, a América Latina e o Caribe precisam de uma mudança de rumo na condução das políticas públicas, impulso de novas áreas estratégicas que liderem o processo, implantação de iniciativas transformadoras alinhadas com as seis transições para a sustentabilidade, uma nova governança para o desenvolvimento que facilite a sistematização e aproveitamento das aprendizagens do exercício da política pública, uma participação efetiva e novas funções dos atores sociais, o fortalecimento das capacidades das instituições e o uso de novas ferramentas, como o planejamento estratégico e a prospectiva.

A implementação da Agenda 2030 tem mostrado que a função do Estado é fundamental na construção de um futuro sustentável e inclusivo. É necessário um Estado proativo que retome, fortalecido, suas funções básicas como coordenador e articulador das transições para a sustentabilidade. É preciso um Estado que impulse os setores com maior potencial transformador e acelerador de processos de aprendizagem para desenvolver as capacidades, as habilidades e a inovação em todos os níveis. Também deve ser um Estado que crie mercados, apoiando as empresas, fomentando a modernização tecnológica, eliminando gargalos de infraestrutura e facilitando investimentos para o desenvolvimento. A transformação do modelo exige um Estado capaz de impulsionar a construção de instituições eficazes, a boa governança e o diálogo social para a implementação bem-sucedida de novas políticas públicas, visando a um cenário de maior produtividade, inclusão e sustentabilidade do desenvolvimento.

A Cúpula do Futuro, a ser realizada em setembro de 2024, deve propiciar o fortalecimento do compromisso com a Agenda 2030, bem como políticas e ações renovadas e audazes de todos os atores. Deve-se persistir no esforço em relação a todos os ODS, com ênfase naqueles cujos indicadores mostram a maior distância dos patamares definidos. O cenário descrito para 2030, em particular a muito baixa probabilidade de cumprimento de quase um terço das metas, não deve ser motivo para afrouxar os esforços, mas, ao contrário, para redobrá-los e chegar a essa data em melhores condições para continuar trabalhando por um futuro mais produtivo, inclusivo e sustentável para a região.

Bibliografía

- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2023a), *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe, 2023* (LC/PUB.2023/22-P), Santiago.
- _____(2023b), *América Latina y el Caribe en la mitad del camino hacia 2030: avances y propuestas de aceleración* (LC/FDS.6/3/Rev.1), Santiago.
- _____(2023c), *La Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible: en la mitad del camino hacia 2030. Objetivos, metas e indicadores* (LC/PUB.2023/13-P), Santiago.
- _____(2023d), *Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2023* (LC/PUB.2023/18-P), Santiago.
- _____(2023e), *Institucionalidad social en América Latina y el Caribe: eje central para avanzar hacia un desarrollo social inclusivo* (LC/CDS.5/3), Santiago.
- _____(2023f), “Banco de datos regional para el seguimiento de los ODS en América Latina y el Caribe” [on-line] <https://agenda2030lac.org/estadisticas/banco-datos-regional-seguimiento-ods.html?lang=es> [data de consulta: 14 de dezembro de 2023].
- _____(2023g) *The economics of climate change in Latin America and the Caribbean, 2023: financing needs and policy tools for the transition to low-carbon and climate-resilient economies* (LC/TS.2023/154), Santiago.
- _____(2023h), *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2023* (LC/PUB.2023/11-P), Santiago.
- _____(2020a), *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2020* (LC/PUB.2020/12-P), Santiago.
- _____(2020b), *Agenda Regional de Desarrollo Social Inclusivo* (LC/CDS.3/5), Santiago.

- CEPAL/FAO/PMA (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura/Programa Mundial de Alimentos) (2022), *Hacia una seguridad alimentaria y nutricional sostenible en América Latina y el Caribe en respuesta a la crisis alimentaria mundial*, Santiago.
- FAO/OMS (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura/Organização Mundial da Saúde) (2019), *Sustainable Healthy Diets: Guiding Principles*, Roma.
- FAO e outros (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e outros) (2023), *América Latina y el Caribe - Panorama regional de la seguridad alimentaria y la nutrición 2023: estadísticas y tendencias*, Santiago.
- FOLU (Food and Land Use Coalition) (2019), *Growing Better: Ten Critical Transitions to Transform Food and Land Use* [on-line] <https://www.foodandlandusecoalition.org/global-report/>.
- GNUDS (Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável) (2023), *Seis transiciones: vías de inversión para alcanzar los ODS* [on-line] <https://unsdg.un.org/resources/six-transitions-investment-pathways-deliver-sdgs>.
- Hernández Bringas, H. (2021), "Homicidios en América Latina y el Caribe: magnitud y factores asociados", *Notas de Población*, N° 113 (LC/PUB.2021/16-P), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Humphrey, C. (2020), "All hands on deck: how to scale up multilateral financing to face the Covid-19 crisis", *Briefing papers*, Londres, Overseas Development Institute, abril [on-line] <https://www.odi.org/publications/16832-all-hands-deck-how-scale-multilateral-financing-face-coronavirus-crisis>.
- McMillan, M. e D. Rodrik (2011), "Globalization, structural change and productivity growth", *NBER Working Paper Series*, N° 17143, Cambridge, National Bureau of Economic Research (NDER).
- Nações Unidas (2023a), *United Nations Secretary-General's SDG Stimulus to Deliver Agenda 2030*, Nova York.
- (2023b), "Reformas de la arquitectura financiera internacional", *Informe de Políticas de Nuestra Agenda Común*, N° 6, Nova York.
- Salazar-Xirinachs, J. M., I. Nübler e R. Kozul-Wright (eds.) (2017), *Transformando las economías: haciendo que la política industrial funcione para el crecimiento, el empleo y el desarrollo*, Organização Internacional do Trabalho (OIT)/Plaza e Valdés Editores.
- TWI2050 (The World in 2050) (2018), *Transformations to Achieve the Sustainable Development Goals*, Luxemburgo, International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA).

- UNESCO e outros (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e outros) (2016), *Educación 2030. Declaración de Incheon y Marco de Acción para la realización del Objetivo de Desarrollo Sostenible 4: Garantizar una educación inclusiva y equitativa de calidad y promover oportunidades de aprendizaje permanente para todos*, Paris.
- UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) (2023), *Global Study on Homicide 2023*, Nova York.
- (s.d.), “Victims of intentional homicide - Regional estimate” [on-line] <https://dataunodc.un.org/dp-intentional-homicide-victims-est>.



Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)
www.cepal.org



LC/FDS.7/4